



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA

PROVA ESCRITA DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR EFETIVO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Edital Nº 334/2013, de 05 de novembro de 2013

CADERNO DE QUESTÕES

» CÓDIGO 62 «

LEGISLAÇÃO APLICADA A NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 50 (cinquenta) questões, distribuídas da seguinte forma:
Questões de 01 a 20: Língua Portuguesa;
Questões de 21 a 50: Conhecimentos Específicos.
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá **escolher apenas uma** e, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- **O candidato terá o tempo máximo de 04 (quatro) horas para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.**
- NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO, sob qualquer hipótese, deste caderno, nem do cartão-resposta.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto I e responda às questões de 01 a 15.

TEXTO I

Sobre técnicas de torrar café e outras técnicas

Ronaldo Correia de Brito

Já não existe a profissão de torradeira de café. Ninguém mais escuta falar nessas mulheres que trabalhavam nas casas de família, em dias agendados com bastante antecedência. As profissionais famosas pela qualidade do serviço nunca tinham hora livre. Cobravam caro e só atendiam freguesas antigas. Não era qualquer uma que sabia dar o ponto certo da torrefação, reconhecer o instante exato em que os grãos precisavam ser retirados do fogo. Um minuto a mais e o café ficava queimado e amargo. Um minuto a menos e ficava cru, com sabor travoso. “Pra tudo na vida existe um ponto certo”, diziam orgulhosas do ofício, mexendo as sementes no caco de barro escuro, a colher de pau dançando na mão bem treinada, o fogo aceso na temperatura exata.

Muitos profissionais se especializavam na ciência de pôr um fim: os que mexiam a cocada no tacho de cobre, os que fabricavam o sabão caseiro de gorduras e vísceras animais, os que escaldavam a coalhada para o queijo prensado, os que assavam as castanhas. Nos terreiros de candomblé, onde se tocam para os orixás e caboclos, os iniciados sentem o instante em que a toada e o batuque alcançam o ponto de atuação, o transe que faz o santo descer e encarnar no seu cavalo.

Nenhum movimento é mais complexo que o de finalizar. Nele, estão contidos o desaparego e a separação, o sentimento de perda e morte. Sherazade contou suas histórias durante mil e uma noites, barganhando com o esposo e algoz Sheriar o direito de continuar vivendo e narrando. Mil noites é um número finito. O acréscimo de uma unidade ao numeral “mil” tornou-o infinito. Mil e uma noites se estendem pela eternidade. Sobrepondo narrativas, entremeando-as com novos contos, abrindo veredas de histórias que se bifurcam noutras, mantendo os enredos num contínuo com pausas diurnas, porém sem o ponto final, Sherazade adiou o término e a morte. De maneira análoga, Penélope tecia um manto sem nunca acabá-lo, acrescentando pontos durante o dia e desfazendo-os à noite. Também postergava o momento. [...]

Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica representando uma mulher com muletas, uma criança no peito, o feixe de lenha na cabeça. Conta a história que representou naquela peça simples, sente pena de separar-se de sua criatura. O xilogravador Gilvan Samico me apresenta os mais de cem estudos e as provas de autor até chegar à gravura definitiva. Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões. Confessa os dias de horror vividos até chegar ao instante em que se decide pela prova definitiva, quando o trabalho é considerado concluído e o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence.

Que valor possui o esposo de Sherazade, comparado à narrativa que a liberta da morte? Talvez apenas o de ser o pretexto para o mar de histórias que a jovem narra ao longo de mil e uma noites. E o que se segue a esse imaginário fim? O que ocupa a milésima segunda noite, supostamente sem narrativas? Eis a pergunta que todos os criadores se fazem. O que se seguirá ao grande vazio? Deus descansou no sétimo dia após sua criação. O artista descansa, ou apenas se angustia pensando se a criatura que pôs no mundo está verdadeiramente pronta, no ponto exato de um grão de café torrado por uma mestra exímia?

Afirmam que a flecha disparada pelo arqueiro zen busca sozinha o alvo. Num estado de absoluta concentração, arqueiro, arco, flecha e alvo se desprendem da energia do movimento e partem em busca do ponto exato. Anos de exercício levam ao disparo perfeito. O escritor trabalha com personagens que o obsedam, alguns chegando a cavalgá-lo como os santos do candomblé. Sonha os sonhos do outro, numa entrega do próprio inconsciente à criação. Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se; com a mão esquerda anota frases sobre ruínas. Nunca possui a técnica exata de um arqueiro zen, nem a perícia de uma torradeira de café. Dialoga com a morte como Sherazade, mantém a respiração suspensa, negocia adiamentos e escreve.

Num dia qualquer, sem que nada espere e sem compreender o que acontece à sua volta, um editor arranca papéis inacabados de sua mão.

Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/colunas/ronaldocorreiaebrito/2012/03/03/noticiasronaldocorreiaebrito,2794944/sobre-tecnicas-de-torrar-cafe-e-outras-tecnicas.shtml> Acesso em 12 jun. 2013. (Texto adaptado).

1. No TEXTO I, o autor
 - a) apresenta a atual situação dos artesãos no Brasil.
 - b) contesta a desigual valoração para as obras de arte.
 - c) argumenta em prol da necessidade de se fomentar o fazer artístico.
 - d) faz analogia entre o trabalho do artesão e o processo criativo do escritor.
 - e) defende o processo de construção literária como o único capaz de ser concluído.

2. Ao afirmar que “Sobrepondo narrativas, entremeando-as com novos contos, abrindo veredas de histórias que se bifurcam noutras, mantendo os enredos num contínuo com pausas diurnas, porém sem o ponto final, Sherazade adiou o término e a morte.” (parágrafo 3), o autor do texto retrata
 - a) o poder de sedução dos contos de fada.
 - b) a capacidade de inventividade narrativa como possibilidade de salvação.
 - c) a impossibilidade de se concluir uma produção literária em tempos modernos.
 - d) a indispensável interrelação entre ficção e realidade na concepção da obra literária.
 - e) a necessidade de se conhecer os clássicos da literatura, a exemplo de *Mil e uma noites* e a *Odisseia*.

3. Todas as passagens a seguir se reportam à dificuldade do artista em separar-se de sua obra, EXCETO:
 - a) “Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica representando uma mulher com muletas, uma criança no peito, o feixe de lenha na cabeça.” (parágrafo 4)
 - b) “Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões.” (parágrafo 4)
 - c) “Confessa os dias de horror vividos até chegar ao instante em que se decide pela prova definitiva, quando o trabalho é considerado concluído e o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence.” (parágrafo 4)
 - d) “Conta a história que representou naquela peça simples, sente pena de separar-se de sua criatura.” (parágrafo 4)
 - e) “O escritor trabalha com personagens que o obsedam, alguns chegando a cavalgá-lo como os santos do candomblé.” (parágrafo 6)

4. A referência à técnica desenvolvida pelas torradeiras de café, apresentada no início do texto,
 - a) denota a predileção do autor por técnicas artesanais, em detrimento das industriais.
 - b) é uma forma de registrar o reconhecimento, por parte das novas gerações, à cultura popular.
 - c) surge como uma homenagem do autor aos trabalhadores que conseguiram manter viva uma tradição popular.
 - d) representa um exemplo da capacidade de certas técnicas rudimentares se perpetuarem ao longo das gerações.
 - e) constitui-se ponto de partida para a discussão acerca da difícil arte de finalizar uma tarefa, tema retratado no decorrer do texto.

5. A finalização do processo de produção artística é retratada no texto como algo
- impessoal, em função das demandas comerciais.
 - definitivo, já que registra o momento tão desejado pelo artista.
 - angustiante e doloroso, por se tratar de uma separação entre criador e criatura.
 - complexo, pelo fato de ser toda obra de arte o resultado de um trabalho coletivo.
 - libertador, pois a conclusão de uma obra de arte instiga o artista a produzir sempre mais.
6. Considerando o texto, aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que as expressões apresentam relação sinonímica.
- "fabricavam" – "escaldavam" (parágrafo 2)
 - "adiou" – "postergava" (parágrafo 3)
 - "estendem" – "bifurcam" (parágrafo 3)
 - "impressões" – "estranheza" (parágrafo 4)
 - "descansa" – "angustia" (parágrafo 5)
7. No final do texto, ao comparar o arqueiro zen ao escritor, o autor observa que
- o arqueiro zen, diferentemente do escritor, dificilmente atinge seu objetivo.
 - o arqueiro zen, diferentemente do escritor, consegue, com exatidão, finalizar seu trabalho.
 - as ações do escritor e do arqueiro zen atingem, simultaneamente, o ponto exato de finalização.
 - o escritor, ao contrário do arqueiro zen, dedica-se com esmero ao processo de produção, antes de finalizar seu trabalho.
 - o escritor e o arqueiro zen não conseguem finalizar seus trabalhos com êxito, por mais que se esforcem.
8. A coesão de um texto se dá através da conexão entre vários enunciados e da relação de sentido existente entre eles. Em relação à coesão presente no texto, o termo destacado encontra-se devidamente justificado em:
- "Ninguém mais escuta falar nessas **mulheres** que trabalhavam nas casas de família, [...]" (parágrafo 1). O termo em destaque indica uma referência à expressão "freguesas antigas" (parágrafo 1).
 - "**Nele**, estão contidos o desapego e a separação [...]" (parágrafo 3). O termo em destaque faz referência a "nenhum movimento" (parágrafo 3).
 - "[...] quando o trabalho é concluído **e** o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence." (parágrafo 4). O conectivo "e" indica uma progressão semântica que acrescenta um dado novo.
 - "[...] a **jovem** narra ao longo de mil e uma noites." (parágrafo 5). O vocábulo em destaque caracteriza uma referência mais específica em relação ao termo a que se refere: "Sherazade".
 - "[...] **alguns** chegando a cavalgá-lo [...]" (parágrafo 6). O termo destacado substitui a expressão "santos do candomblé".

9. Em “Nos terreiros de candomblé, onde se tocam para os orixás e caboclos, os iniciados sentem o instante em que a toada e o batuque alcançam o ponto [...]” (parágrafo 2), as vírgulas utilizadas
- evidenciam a expressão vocativa.
 - indicam uma oração de valor comparativo.
 - demarcam uma explicação acerca do espaço.
 - determinam a introdução de expressão da fala do autor.
 - marcam a opinião do autor em relação à informação anterior.

10. Analise as proposições a seguir:

- As palavras “desapego” e “separação” pertencem ao mesmo campo semântico.
- O prefixo na palavra “infinito” exprime sentido de negação.
- O termo sublinhado em “O escritor trabalha com personagens que o obsedam” tem como referente a expressão “escritor”.

É CORRETO o que se afirma apenas em

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- I e III.

11. O termo destacado em “Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se [...]” (parágrafo 6), pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- Porque
- Para que
- Porquanto
- Contanto que
- Ao mesmo tempo que

12. Os conectivos ou partículas linguísticas de ligação, além de exercer funções coesivas, manifestam ainda diferentes relações de sentido entre os enunciados. Aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que a relação estabelecida pelo conectivo em destaque está CORRETAMENTE indicada entre parênteses.

- “Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica”. – (Proporção).
- “Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se;” – (Consequência).
- “Dialoga com a morte como Sherazade, [...]” – (Comparação).
- “Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões.” – (Finalidade).
- “Num dia qualquer, sem que nada espere e sem compreender o que acontece à sua volta [...]” – (Adversidade).

13. Por vezes, a omissão de palavras ou expressões não acarreta alteração no sentido de orações ou períodos, já que tal omissão pode ser depreendida do contexto. Há, dentre as alternativas a seguir, uma ocorrência assim caracterizada. Aponte-a.

- a) "Mil e uma noites se estendem pela eternidade". (parágrafo 3)
- b) "O que se seguirá ao grande vazio?" (parágrafo 5)
- c) "Deus descansou no sétimo dia após sua criação". (parágrafo 5)
- d) "Nunca possuí a técnica exata de um arqueiro zen, [...]" (parágrafo 6)
- e) "[...] a flecha disparada pelo arqueiro zen busca sozinha o alvo". (parágrafo 6)

14. Analise as proposições a seguir, acerca da pontuação, e assinale (V), para o que for verdadeiro, e (F), para o que for falso.

- () No trecho "De maneira análoga, Penélope tecia um manto [...]", a vírgula é utilizada para separar uma expressão adverbial disposta no início do período.
- () Em "Dialoga com a morte como Sherazade, mantém a respiração suspensa, negocia adiamentos e escreve.", as vírgulas são utilizadas para separar orações coordenadas.
- () Em "Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se; [...]", não há razão linguístico-gramatical que justifique a presença da vírgula na sentença. Assim, seu uso é facultativo.

A sequência que completa CORRETAMENTE os parênteses é

- a) V V F
- b) V F F
- c) F V F
- d) V V V
- e) F F V

15. A regência verbal em destaque na frase "mulheres que **trabalhavam** nas casas de família" é a mesma do verbo destacado em

- a) "Anos de exercício **levam** ao disparo perfeito."
- b) "Deus **descansou** no sétimo dia após sua criação."
- c) "Muitos profissionais se **especializavam** na ciência de pôr um fim: [...]"
- d) "O xilogravador Gilvan Samico me **apresenta** os mais de cem estudos: [...]."
- e) "[...] o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe **pertence**."

As questões de 16 a 18 referem-se ao TEXTO II, a seguir:

TEXTO II

Capítulo I

– Muito trabalho, mestre Zé?

– Está vasqueiro. Tenho umas encomendas de Gurinhém. Um tangerino passou por aqui e me encomendou esta sela e uns arreios. Estou perdendo o gosto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gosto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo. Basta lhe dizer que seu Augusto do Oiteiro adquiriu na cidade uma sela inglesa, coisa cheia de arrebiques. Pois bem, aqui esteve ela para conserto. Eu fiquei me rindo quando o portador do Oiteiro me chegou com a sela. E disse, lá isto disse: “por que seu Augusto não manda consertar esta bicha na cidade?” E deu pela sela um preço. Se eu fosse pedir o que pagam na cidade, me chamavam de ladrão. É, mestre José Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dele. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que quero.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Record: Rio de Janeiro, 2003.

16. Pelo disposto acima, é CORRETO afirmar sobre o Mestre José Amaro:

- a) Mostra-se insatisfeito com os resultados de seus últimos trabalhos.
- b) Prefere trabalhar para clientes de fora, pois estes valorizam seu trabalho.
- c) Orgulha-se do esmero com que desenvolve seu trabalho e da qualidade que lhe imprime.
- d) Embora se envaideça de seu ofício, preocupa-se com o fato de não poder mais executá-lo da melhor forma.
- e) Questiona a qualidade do trabalho de outros seleiros, mas reconhece o valor dos novos materiais industrializados.

17. “É, mestre José Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dele. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que quero”. A fala final de Mestre José Amaro revela

- a) certa resignação diante das novas demandas do mercado.
- b) revolta por desenvolver seu ofício numa região de parcas condições.
- c) a decisão de não mais confeccionar produtos para o senhor Augusto do Oiteiro.
- d) a sua disposição em manter-se fiel ao trabalho de qualidade que sempre desenvolveu.
- e) a determinação por continuar tentando convencer os vaqueiros da qualidade de suas selas.

18. Atente para a seguinte passagem: “**Eles** não querem mais os trabalhos dele.”

Agora, considere as seguintes afirmações acerca da expressão em destaque:

- I. Retoma um termo expresso anteriormente.
- II. Refere-se diretamente aos moradores e comerciantes da cidade.
- III. Embora não se refira a nenhum elemento textual anterior, o contexto possibilita a recuperação do termo referente.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) III apenas
- b) I e II apenas.
- c) I e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

19. Leia a seguir:

- I. “Declaração fundamentada em ponto de vista a respeito de um fato ou negócio.”
- II. “É o instrumento pelo qual Ministros ou outras autoridades expedem instruções sobre a organização e funcionamento de serviço e praticam outros atos de sua competência.”
- III. “Modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.”

As descrições dizem respeito, respectivamente, a

- a) Parecer – Portaria – Memorando .
- b) Ofício – Relatório – Parecer.
- c) Parecer – Ofício – Portaria.
- d) Memorando – Ofício – Declaração.
- e) Portaria – Requerimento – Relatório.

20. Pela própria natureza, a redação oficial deve apresentar uma linguagem que obedeça a critérios específicos. Todas as características a seguir devem compor a redação oficial, EXCETO:

- a) Impessoalidade e clareza.
- b) Uso da linguagem padrão.
- c) Tratamento linguístico formal.
- d) Concisão e transparência de sentido.
- e) Presença de conotação e da criatividade do emissor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

» LEGISLAÇÃO APLICADA A NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS | CÓDIGO 62 «

- 21.** De acordo com o Código Civil de 2002, sobre vícios redibitórios (arts. 441 a 446), assinale a alternativa CORRETA:
- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada apenas por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada.
 - b) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar abatimento no preço ou compensação.
 - c) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, só restituirá o valor recebido, sem quaisquer despesas advindas da negociação.
 - d) A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
 - e) Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo de redibição contar-se-á do momento em que o adquirente tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de cinco anos, para os imóveis.
- 22.** Sobre a evicção, assinale a alternativa INCORRETA, segundo os arts. 447 a 457 do Código Civil de 2002:
- a) Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
 - b) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
 - c) O evicto tem direito à restituição do preço ou das quantias que pagou, em dobro, além de indenização pelas despesas do contrato.
 - d) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
 - e) Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

23. Analise os itens abaixo, consoante o disposto no Código Civil de 2002, sobre os contratos aleatórios (arts. 458 a 461):

- I. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- II. Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada.
- III. No contrato aleatório com objeto coisa futura, se dela nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.
- IV. Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, o alienante restituirá o preço recebido, conforme o estado da coisa quando da tradição.
- V. A alienação aleatória não poderá ser anulada como dolosa pelo prejudicado, ainda se provado que o outro contratante não ignorava a consumação do risco a que no contrato se considerava exposta a coisa.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III. b) II, III e IV. c) I, IV e V. d) III, IV e V. e) I, II e V.

24. Marque a alternativa INCORRETA sobre o contrato preliminar, segundo o disposto nos arts. 462 a 466 do Código Civil de 2002:

- a) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- b) Concluído o contrato preliminar, ainda que conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo.
- c) Esgotado o prazo assinado para que a outra parte efetive o contrato preliminar, poderá o juiz, a pedido do interessado, suprir a vontade da parte inadimplente, conferindo caráter definitivo ao contrato preliminar, salvo se a isto se opuser a natureza da obrigação.
- d) Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, e pedir perdas e danos.
- e) Se a promessa de contrato for unilateral, o credor, sob pena de ficar a mesma sem efeito, deverá manifestar-se no prazo nela previsto, ou, inexistindo este, no que lhe for razoavelmente assinado pelo devedor.

- 25.** Assinale a alternativa CORRETA quanto ao disposto no Código Civil de 2002, sobre a extinção do contrato (arts. 472 a 480):
- a) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante anuência expressa da outra parte.
 - b) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, não cabendo, neste caso, indenização por perdas e danos.
 - c) Se, na negociação do contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela dê garantia bastante de satisfazê-la.
 - d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da propositura da ação.
 - e) Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- 26.** De acordo com as disposições gerais do contrato de compra e venda (Código Civil de 2002, arts. 481 a 504), assinale a alternativa CORRETA:
- a) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
 - b) Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o comprador assume o risco de variação quanto às qualidades acessórias da coisa que a elas correspondem.
 - c) Não se poderá deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa.
 - d) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas do registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da escritura pública. Já na tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço, por conta do comprador.
 - e) É nula a venda de ascendente a descendente, mesmo que os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, sob pena de importar em adiantamento do que lhes cabe por herança.

27. Segundo o disposto no art. 500 do Código Civil de 2002, quanto à venda de imóvel por medida de extensão, analise os seguintes itens:
- I. Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão, ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.
 - II. Presume-se que a referência às dimensões foi simplesmente enunciativa, quando a diferença encontrada não exceder de um vigésimo da área total enunciada, ressalvado ao comprador o direito de provar que, em tais circunstâncias, não teria realizado o negócio.
 - III. Se em vez de falta houver excesso, e o vendedor provar que tinha motivos para ignorar a medida exata da área vendida, caberá ao comprador, à sua escolha, completar o valor correspondente ao preço ou devolver o excesso.
 - IV. Não haverá complemento de área, nem devolução de excesso, se o imóvel for vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões, ainda que não conste, de modo expresso, ter sido a venda *ad corpus*.

Quais itens estão CORRETOS?

- a) I e II apenas.
- b) II e III apenas.
- c) III e IV apenas.
- d) I e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

28. Relacione as cláusulas especiais de compra e venda às suas respectivas previsões legais (arts. 505 a 532 do Código Civil):

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (1) Retrovenda | () impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto. |
| (2) Venda a contento | () o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. |
| (3) Perempção ou preferência | () a tradição da coisa é substituída pela entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato ou, no silêncio deste, pelos usos. |
| (4) Venda com reserva de domínio | () entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado. |
| (5) Venda sobre documentos | () pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago. |

A sequência CORRETA a ser preenchida na segunda coluna é:

- a) 2, 1, 3, 4, 5 b) 3, 2, 1, 5, 4 c) 3, 1, 5, 2, 4 d) 4, 5, 2, 1, 3 e) 4, 1, 5, 2, 3

29. Consoante o disposto no Código Civil de 2002 sobre a doação (arts. 538 a 564), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que não aceitou.
- b) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade, como não o perde a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.
- c) Se o donatário for relativamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- d) A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, não pode ser impugnada por falta de aceitação, e só ficará sem efeito se o casamento não se realizar.
- e) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até quatro anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

- 30.** Sobre a extinção do mandato no Código Civil de 2002 (arts. 682 a 691), assinale a alternativa CORRETA:
- a) Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato gerará perdas e danos.
 - b) Conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.
 - c) A revogação do mandato, notificada somente ao mandatário, pode ser oposta aos terceiros que, ignorando-a, de boa-fé com ele trataram; mas ficam salvas ao constituinte as ações que no caso lhe possam caber contra o procurador.
 - d) Tanto que for comunicada ao mandatário a nomeação de outro, para o mesmo negócio, considerar-se-á revogado o mandato anterior após 90 (noventa) dias da comunicação.
 - e) São inválidos os atos ajustados com terceiros em nome do mandante pelo mandatário, mesmo que este ignore a morte daquele ou a extinção do mandato.
- 31.** Consoante o Código Civil de 2002, sobre o contrato de corretagem (arts. 722 a 729), assinale a alternativa CORRETA:
- a) A remuneração do corretor, se não estiver fixada em lei, será obrigatoriamente ajustada entre as partes.
 - b) A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação, ou ainda que este não se efetive em virtude de arrependimento das partes.
 - c) Se, por escrito, for ajustada a corretagem com exclusividade, terá o corretor direito à remuneração integral, exceto se realizado o negócio diretamente entre as partes, sem a sua mediação.
 - d) Se, por não haver prazo determinado, o dono do negócio dispensar o corretor, e o negócio se realizar posteriormente, como fruto da sua mediação, a corretagem lhe será devida; no entanto, se o negócio se realizar após a decorrência do prazo contratual, a remuneração não será devida.
 - e) Se o negócio se concluir com a intermediação de mais de um corretor, a remuneração será paga a todos proporcionalmente à sua contribuição para a concretização da venda, salvo ajuste em contrário.
- 32.** De acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa CORRETA sobre o contrato de seguro (arts. 757 a 802):
- a) Somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.
 - b) O contrato de seguro prova-se, exclusivamente, com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro.
 - c) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido.
 - d) Salvo disposição especial, o fato de não se ter verificado o risco, em previsão do qual se faz o seguro, exime o segurado de pagar o prêmio.
 - e) O segurador, desde que o faça nos trinta dias seguintes ao recebimento do aviso da agravação do risco sem culpa do segurado, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de resolver o contrato.

- 33.** De acordo com o art.6º da Lei nº 8.245/1991, quanto à locação, é CORRETO afirmar:
- a) O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de noventa dias.
 - b) O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias.
 - c) Na ausência do aviso por escrito, o locador poderá exigir quantia correspondente a um mês de aluguel e encargos, vigentes quando da resolução.
 - d) Na ausência do aviso por escrito, o locador poderá exigir quantia correspondente a um mês de aluguel e encargos, vigentes quando da assinatura do contrato.
 - e) O locatário poderá denunciar a locação por prazo determinado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias.
- 34.** Quanto à alienação do imóvel durante a locação, consoante o art. 8º da Lei nº 8.245/1991, o adquirente NÃO poderá denunciar o contrato se:
- a) A locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação.
 - b) A locação for por tempo indeterminado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto ao cartório de títulos e documentos.
 - c) A locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.
 - d) A locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto ao cartório de títulos e documentos.
 - e) A locação for por tempo indeterminado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.
- 35.** No que se refere à transferência *inter vivos*, no contrato locatício, de acordo com o art. 13 da Lei nº 8.245/1991, é CORRETO afirmar:
- a) O empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, não depende do consentimento prévio e escrito do locador.
 - b) Presume-se o consentimento pela simples demora do locador em manifestar formalmente a sua oposição.
 - c) Desde que notificado por escrito pelo locatário, o locador terá o prazo de noventa dias para manifestar formalmente a sua oposição.
 - d) A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.
 - e) A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador e do fiador.
- 36.** Quanto à ação renovatória, de acordo com o art. 71 da Lei nº 8.245/1991, são requisitos, EXCETO:
- a) Prova do exato cumprimento do contrato em curso.
 - b) Prova da quitação dos impostos e taxas que incidiram sobre o imóvel e cujo pagamento incumbia ao locatário.
 - c) Indicação clara e precisa das condições oferecidas para a renovação da locação.
 - d) Manutenção do fiador, quando houver, no contrato a renovar, comprovando, desde logo, a atual idoneidade financeira.
 - e) Prova, quando for o caso, de ser cessionário ou sucessor, em virtude de título oponível ao proprietário.

37. Analise os itens abaixo, consoante o disposto na Lei nº 8.245/1991, sobre o direito de preferência (Seção V, Capítulo I):

- I. No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.
- II. A comunicação acerca da preferência deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.
- III. O direito de preferência do locatário caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de sessenta dias.
- IV. Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, caberá a preferência ao locatário e, em seguida, ao sublocatário. Se forem vários os sublocatários, a preferência caberá a todos, em comum, ou a qualquer deles, se um só for o interessado.
- V. O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III. b) II, III e IV. c) I, IV e V. d) III, IV e V. e) I, II e V.

38. Na locação para temporada, de acordo com a Seção II do Capítulo II da Lei nº 8.245/1991, é INCORRETO afirmar que:

- a) Considera-se locação para temporada aquela destinada à residência temporária ou ao comércio do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorrem tão-somente de determinado tempo.
- b) A locação por temporada é contratada por prazo não superior a noventa dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.
- c) No caso de a locação envolver imóvel mobiliado, constará do contrato, obrigatoriamente, a descrição dos móveis e utensílios que o guarnecem, bem como o estado em que se encontram.
- d) O locador poderá receber de uma só vez e antecipadamente os aluguéis e encargos, bem como exigir caução, fiança, seguro de fiança locatícia e/ou cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento para atender as demais obrigações do contrato.
- e) Findo o prazo ajustado, se o locatário permanecer no imóvel sem oposição do locador por mais de trinta dias, presumir-se-á prorrogada a locação por tempo indeterminado, não mais sendo exigível o pagamento antecipado do aluguel e dos encargos.

- 39.** De acordo com o Código Civil de 2002 (arts. 1314 a 1322), assinale a alternativa INCORRETA sobre as disposições gerais dos condomínios:
- a) Nenhum dos condôminos pode alterar a destinação da coisa comum, nem dar posse, uso ou gozo dela a estranhos, sem o consenso dos outros.
 - b) Se os demais condôminos assumem as despesas e as dívidas, a renúncia lhes aproveita, adquirindo a parte ideal de quem renunciou, na proporção dos pagamentos que fizerem.
 - c) Quando a dívida houver sido contraída por todos os condôminos, sem se discriminar a parte de cada um na obrigação, nem se estipular solidariedade, entende-se que cada qual se obrigou proporcionalmente ao seu quinhão na coisa comum.
 - d) Não poderá exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.
 - e) Quando a coisa for indivisível, e os consortes não quiserem adjudicá-la a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa o maior número de benfeitorias, e, não as havendo, o de quinhão mais antigo.
- 40.** Quanto à administração de condomínios, segundo o Código Civil de 2002 (arts. 1323 a 1326), assinale a alternativa CORRETA:
- a) O condômino que administrar sem oposição dos outros será representante comum mediante anuência expressa dos demais condôminos.
 - b) A maioria será calculada pelo número de condôminos.
 - c) As deliberações serão obrigatórias, sendo tomadas por maioria absoluta.
 - d) Não sendo possível alcançar maioria absoluta, decidirá o administrador, a requerimento de qualquer condômino, ouvidos os outros.
 - e) Os frutos da coisa comum, não havendo em contrário estipulação ou disposição de última vontade, serão partilhados igualmente, de acordo com o número de condôminos.
- 41.** De acordo com o disposto no Código Civil de 2002, em seu art. 1334, a convenção condominial determinará, EXCETO:
- a) a quota proporcional e o modo de pagamento das contribuições dos condôminos para atender às despesas ordinárias e extraordinárias do condomínio;
 - b) sua forma de administração;
 - c) a competência das assembleias e forma de sua convocação, desde que observado o quorum de um terço para as deliberações;
 - d) as sanções a que estão sujeitos os condôminos, ou possuidores;
 - e) o regimento interno.

- 42.** Sobre os direitos do condômino, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o previsto no art. 1335 do Código Civil de 2002:
- a) Contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção.
 - b) Não realizar obras que comprometam a segurança da edificação.
 - c) Não alterar a forma e a cor da fachada, das partes e esquadrias externas.
 - d) Dar às suas partes a mesma destinação que tem a edificação, e não as utilizar de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores, ou aos bons costumes.
 - e) Votar nas deliberações da assembleia e delas participar, estando quite.
- 43.** De acordo com o Código Civil de 2002, art. 1348, compete ao síndico do condomínio edilício, EXCETO:
- a) representar, ativa e passivamente, o condomínio, praticando, em juízo ou fora dele, os atos necessários à defesa dos interesses comuns;
 - b) dar imediato conhecimento à assembleia da existência de procedimento judicial ou administrativo, de interesse do condomínio;
 - c) cumprir e fazer cumprir a convenção, o regimento interno e as determinações da assembleia;
 - d) prestar contas à assembleia, semestralmente e quando exigidas;
 - e) realizar o seguro da edificação.
- 44.** Sobre a extinção do condomínio edilício (arts. 1357 e 1358 do Código Civil de 2002), assinale a alternativa CORRETA:
- a) Se a edificação for total ou consideravelmente destruída, ou ameace ruína, os condôminos deliberarão em assembleia sobre a reconstrução, ou venda, por votos que representem metade mais um do número de condôminos.
 - b) Deliberada a reconstrução, poderá o condômino eximir-se do pagamento das despesas respectivas, alienando os seus direitos a outros condôminos, mediante avaliação judicial.
 - c) Realizada a venda, preferir-se-á, em condições iguais de oferta, o estranho ao condômino.
 - d) Realizada a venda, será repartido o apurado entre os condôminos, proporcionalmente ao número das suas unidades imobiliárias.
 - e) Se ocorrer desapropriação, a indenização será repartida igualmente entre o número de condôminos.

45. Quanto às assembleias gerais ordinárias, julgue os seguintes itens, de acordo com o disposto na Lei nº 4.591/1964, nos arts. 24 a 27:

- I. Haverá, semestralmente, uma assembleia geral ordinária dos condôminos, convocada pelo síndico na forma prevista na Convenção, à qual compete, além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar, por maioria dos presentes, as verbas para as despesas de condomínio, compreendendo as de conservação da edificação ou conjunto de edificações, manutenção de seus serviços e correlatas.
- II. As decisões da assembleia, tomadas, em cada caso, pelo quorum que a Convenção fixar, obrigam todos os condôminos.
- III. O síndico, nos oito dias subsequentes à assembleia, comunicará aos condôminos o que tiver sido deliberado, inclusive no tocante à previsão orçamentária, o rateio das despesas, e promoverá a arrecadação, tudo na forma que a Convenção previr.
- IV. Nas decisões da Assembleia que não envolvam despesas extraordinárias do condomínio, o locatário poderá votar, caso o condômino-locador a ela não compareça.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III. b) I, II e IV. c) I, III e IV. d) II, III e IV. e) I, II, III e IV.

46. Quanto ao seguro imobiliário previsto nos arts. 13 a 18 da Lei nº 4.591/1964, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Proceder-se-á ao seguro da edificação ou do conjunto de edificações, neste caso, discriminadamente, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição no todo ou em parte, computando-se o prêmio nas despesas ordinárias do condomínio.
- b) O seguro será obrigatoriamente feito dentro de 60 dias, contados da data da concessão do "habite-se", sob pena de ficar o condomínio sujeito à multa mensal equivalente a 1/10 do IPTU, cobrável executivamente pela Municipalidade.
- c) Na ocorrência de sinistro total, ou que destrua mais de dois terços de uma edificação, seus condôminos reunir-se-ão em assembleia especial, e deliberarão sobre a sua reconstrução ou venda do terreno e materiais, por quorum mínimo de votos que representem metade, mais um do número de condôminos.
- d) Rejeitada a proposta de reconstrução, a assembleia decidirá o destino a ser dado ao terreno, e aprovará a partilha do valor do seguro entre os condôminos, retirado o valor que receber cada um pelo seguro facultativo de sua unidade.
- e) Em caso de sinistro que destrua menos de dois quintos da edificação, o síndico promoverá o recebimento do seguro e convocará assembleia para deliberar sobre a reconstrução ou os reparos nas partes danificadas.

- 47.** Quanto ao seguro imobiliário no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o artigo 79 da Lei nº 11.977/2009:
- Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel.
 - Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez temporária do mutuário e de danos físicos ao imóvel.
 - Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e seu cônjuge e de danos físicos ao imóvel.
 - Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel, indispensáveis, inclusive, nas operações em que sejam utilizados recursos advindos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.
 - Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel, dispensáveis nas operações em que sejam utilizados recursos advindos do FGTS.
- 48.** Quanto ao IPTU, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Constituição Federal de 1988:
- O IPTU é um imposto de competência da União, mas pode ser arrecadado pelos municípios ou, no caso de território federal, pelo governo do próprio território.
 - A lei pode estabelecer progressividade do IPTU, em razão da renda do proprietário do imóvel tributado e de sua localização.
 - Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o IPTU será cobrado pelo município em que se processar o inventário.
 - A competência para instituição do IPTU é regulada por lei complementar, no caso de o proprietário ter domicílio ou residência no exterior.
 - O IPTU pode ser progressivo no tempo, sendo essa uma das formas de penalidade instituída pelo Poder Público municipal, mediante lei específica para exigir, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
- 49.** Das alternativas abaixo, apenas uma é condizente com o disposto nos arts. 155 e 156 da Constituição Federal de 1988. Assinale-a:
- A transmissão do usufruto sobre o imóvel não gerará cobrança de ITBI.
 - Maria, única herdeira, com o falecimento do pai, adquiriu por herança a propriedade de um bem imóvel, o que gerou a incidência de ITBI.
 - A doação pura e simples, de João para José, de um apartamento não admitirá a incidência de ITBI.
 - A incorporação de um imóvel de propriedade de um sócio ao capital social de sua empresa (padaria) gerará cobrança de ITBI.
 - A transmissão de direitos reais de garantia sobre imóveis gera a incidência de ITBI.

50. De acordo com o Código Tributário Nacional, em seus arts. 29 e 32, analise os seguintes melhoramentos construídos pelo poder público:

- I. Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II. Abastecimento de água;
- III. Sistema de esgotos sanitários;
- IV. Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V. Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Poderá incidir ITR sobre o imóvel que apresentar:

- a) Apenas 1 melhoramento.
- b) Apenas 2 melhoramentos.
- c) Apenas 3 melhoramentos.
- d) Apenas 4 melhoramentos.
- e) 5 (cinco) melhoramentos.